

Conheça um pouco mais sobre Odontologia Baseada em Evidências

Dr. Rodolfo Haltenhoff Melani, professor da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo

A Odontologia Baseada em Evidências (OBE) pode ser entendida como uma ferramenta que auxilia o cirurgião-dentista em circunstâncias de tomada de decisões. É definida pela American Dental Association (2012) como uma “abordagem de cuidados em saúde bucal, que requer a integração judiciosa entre a avaliação sistemática das evidências científicas com relevância clínica, relativas à condição e à história bucal e médica dos pacientes, com a experiência clínica do cirurgião-dentista e com as necessidades de tratamento dos pacientes, respeitando suas preferências”.

Autores como Atallah e Castro, já em 1998, apontavam que a decisão clínica, norteadada pelo uso apropriado da evidência científica, agrega benefícios e redução de danos ao paciente. Embora não garanta resultados bem-sucedidos, contribui para a diminuição da possibilidade de desfechos adversos.

Atualmente, o amplo acesso à literatura odontológica, presente nas diversas bases de dados, permite ao cirurgião-dentista tomar decisões baseadas em análises críticas, que aliadas a sua experiência, características do quadro clínico, valores e preferências do paciente, podem auxiliar na instituição do diagnóstico e na conduta terapêutica mais adequada.

Em outras palavras: a experiência é integrada com a análise crítica de uma informação científica, para melhorar a qualidade da assistência prestada. Portanto, a OBE não busca orientar a prática clínica pela soberania científica ou interferir na autonomia diagnóstica e terapêutica.

Pelo contrário, deve melhorar a qualidade do atendimento por ações de formação continuada, como: a capacidade do profissional em identificar e compilar os melhores estudos; aprender a avaliar criticamente a literatura consultada; e disponibilizar essas evidências em bases de dados eletrônicas. O cirurgião-dentista utiliza tanto a sua vivência clínica quanto os melhores estudos para a tomada de decisões.

“ a decisão clínica agrega benefícios e redução de danos ao paciente ”

Oliveira (2011) ressalta que mesmo uma evidência científica adequada pode não se aplicar a um caso em particular. Por outro lado, é importante conhecer quais e como são os tipos de estudos, suas vantagens e limitações, integradas à leitura crítica do trabalho apresentado, em busca de vieses e outras particularidades metodológicas. A partir desta análise,

é possível atribuir o grau de evidência daquele estudo (alto, médio, baixo) e a recomendação do procedimento odontológico.

O conjunto desses estudos científicos reunidos, analisados e discutidos por um grupo de pesquisadores pode dar origem a protocolos, também conhecidos como “guidelines” ou diretrizes. Há publicações que abordam a metodologia para a formulação de diretrizes relacionadas, principalmente, sobre distúrbios de alta prevalência.

O Projeto Diretrizes (www.projetodiretrizes.org.br) é um exemplo deste trabalho feito no Brasil, numa parceria entre a Associação Médica Brasileira (AMB), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A diretriz – o seu nível de evidência e sua influência na decisão terapêutica – deve ser sempre relativizada, reveste-se de caráter informativo e sugestivo. Cabe ao profissional e ao paciente informado do seu caso elegerem, conjuntamente, as práticas necessárias para a melhor conduta.

No próximo artigo, abordaremos estudos que auxiliam, diretamente, no encontro de respostas, isentas e responsáveis, para situações cotidianas da clínica odontológica. ■